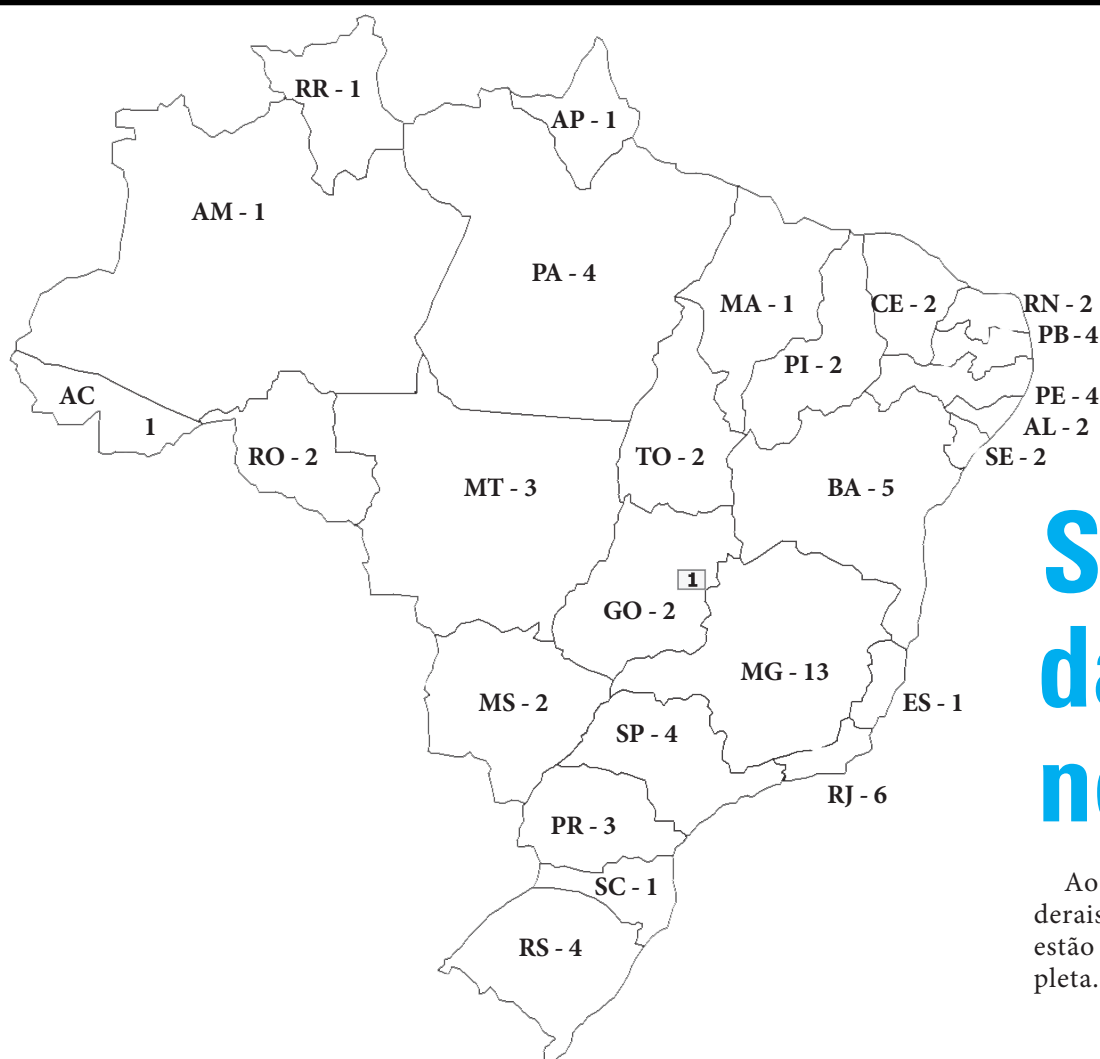


GREVE NA UFSC!



Situação da Greve no Brasil

Ao todo, 52 universidades federais e 22 institutos tecnológicos estão paralisados. Veja a lista completa.

Página 5

Presidente da Apufsc esclarece os motivos da greve em coletiva de imprensa

Página 4

Comissão de mobilização de greve é definida durante reunião do Conselho de Representantes

Página 3

Governo Federal aprova criação de 73 mil cargos nas Instituições Federais de Ensino

Página 4

OPINIÃO

O resultado da greve de 2012

Ricardo Tramonte*

Mais de 85% das universidades federais estão em greve neste país. Existem mais de um milhão de estudantes de graduação sem aulas. Pela TV, pelos sites dos sindicatos e por todos os meios de comunicação é possível saber exatamente o caos em que se encontram todos aqueles que participam diretamente do ensino superior deste país.

Apesar disso, nem todos estão cientes do processo que realmente ocorreu para que esta greve fosse decretada pelas seções sindicais do Andes nas universidades federais brasileiras. Ocorreu no dia 26 de agosto de 2011, a assinatura pelo Andes juntamente ao Proifesc de acordo n. 4/2011, no qual ambos se comprometem a acatar o Plano de Reestruturação da Carreira nas IFES, e aceitar as tabelas salariais com aumento de apenas 4% a vigorar a partir de março de 2012. Morreu em seguida o secretário Duvalier, do MEC, e depois foi nomeado outro representante do governo para continuar as negociações sobre esses temas. Essas negociações só ocorreram depois de março de 2012, após muita pressão dos representantes sindicais das IFES. O fato concreto é que no final de abril de 2012, depois de muitas reuniões, o atual ministro da Educação solicitou que a presidente Dilma assinasse uma Medida Provisória (MP) para cumprir aquilo que foi acordado pelo Andes e Proifesc para não prejudicar mais os professores.

A “proposta” do Andes não foi aceita pelo governo e, sim, a “proposta do Proifesc”, que resultou na MP assinada em maio deste ano. A partir disso, foram feitas “assembleias de base” nas IFES vinculadas ao Andes e os professores decidiram pela greve em 17 de maio de 2012. A pauta de “reivindicações” do Andes tem, no mínimo, três páginas, incluindo uma proposta de 20% de aumento salarial aos professores. Constam da pauta vários itens sobre a falta de infraestrutura nas universidades e uma série de alterações que provocam uma profunda mudança na política da educação superior. Esta pauta do Andes, embora justa e ótima para todos nós, é impossível de ser cumprida pelo Governo Federal, porque envolve todos os funcionários públicos do mesmo. Mais do que lógico é entender que todo o processo desta greve em 2012, plenamente justificável para nós professores, tem muita conotação política atrelada e escamoteada por alguns dirigentes sindicais. As negociações com o governo ainda continuam com o Proifesc até o final de junho. O Andes, por sua vez, está muito feliz com esta “força da greve” e com os velhos métodos arcaicos de deliberações em “assembleias democráticas” com menos da metade dos professores em greve deliberando sobre o destino de todos. No comando de greve, em Brasília, das 50 IFES existem apenas 25 IFES representadas atualmente, e o “comando de greve” está solicitando “uma ajuda de caixa” para as seções sindicais filiadas. Isso porque o tal “fundo de greve” está acabando e não existe dinheiro para manter os ilustres representantes dos 47 comandos de greve em Brasília durante tanto tempo. Portanto, as informações recebidas ainda não estão claras quanto à tal “força da atual greve”, não existem percentuais definidos de quantos professores nas IFES estão realmente parados, nem mesmo quantos professores realmente entraram em greve nas IFES.

Esse cenário é bem conhecido por todos nós professores e sabemos perfeitamente qual vai ser o resultado final de tudo isso. Sim-

plesmente nada, como muitas outras greves realizadas anteriormente já demonstraram. Tal situação não vai ajudar na melhoria das condições de trabalho dos professores universitários deste país, nem mesmo na melhoria salarial que todos nós, professores, merecemos há vários anos.

O governo atual vai justificar até o final da greve que ocorreu um “aumento real de salário” para os professores, indicando que houve um acordo assinado pelo próprio Andes, como já fez o ministro Mercadante. Apesar disso, todos sabemos que o próprio governo embutiu na MP assinada, uma série de “maldades” que, de fato, diminuíram os salários de algumas categorias de professores nas IFES. Além disso, com apoio da mídia e dos meios de comunicação, vai ficar claro para toda a população deste país que neste governo se investiu muito dinheiro em ensino superior, um total de mais de um bilhão para obras de infra-estrutura e laboratórios. De fato, os números que o governo apresenta irão demonstrar de forma clara e precisa que ele está atendendo às necessidades do ensino superior deste país, dentro da política adotada. Basta ver a entrevista dada pelo próprio ministro Mercadante no site do Andes.

Por sua vez, o Andes vai contestar tudo isso e demonstrar vários números que existem várias distorções absurdas e uma falta crônica de verbas para manter a infraestrutura básica nas IFES para permitir uma educação superior de qualidade, como todos nós já sabemos e sofremos cotidianamente com isso.

Depois de algumas semanas de várias declarações de ambos os lados, o governo vai dizer que não tem dinheiro suficiente para atender a tudo que foi solicitado pelo Andes e ponto final. O Andes vai alegar os “grandes avanços” obtidos com a greve, como de fato aconteceu em algumas das muitas paralisações realizadas nestes moldes. O professor vai voltar às salas de aulas e ao seu laboratório de pesquisa e vai ter que repor as aulas nas férias, vai continuar seu trabalho sem melhoria da infraestrutura precária existente, fazendo das tripas coração para manter a frágil qualidade do ensino superior neste país. Simples assim. Tal resultado é muito claro para mim e para muitos que já participaram de muitas greves, todas sempre com o mesmo cenário e sempre com os mesmos “avanços”.

Sempre soubemos que a sociedade não está preocupada com o ensino superior. É fácil saber que, mesmo que o Congresso Nacional tenha um “ataque de bom senso” e que os políticos deste país realmente comecem a se preocupar com a educação do mesmo; uma greve de professores universitários das IFES nunca vai modificar a “opinião do povo brasileiro” sobre o funcionalismo público federal ou sobre os professores universitários como quer o Andes e seus representantes. A greve vai apenas dar um enorme “lucro financeiro” ao caixa do governo, é exatamente disso que ele necessita neste momento de crise financeira internacional. Estamos fazendo exatamente o “jogo do inimigo”, atirando no próprio pé. Não se esqueçam que o ministro Mercadante é um dos fundadores do Andes, sabe de longa data como agem os seus afiliados.

Nós não temos a mesma importância de que um “motorista de ônibus” na sociedade. Eles conseguem parar uma cidade inteira com uma greve, com ocorreu aqui em Florianópolis. Não somos tão essenciais para o cotidiano da população, a não ser quando

OPINIÃO

formamos um profissional que não tenha qualidade, como muitos dos atuais políticos que estão hoje no poder central. Basta ver o noticiário dos jornais e acompanhar na TV as barbaridades que ocorrem neste país, quando as universidades formam os “maus profissionais”. A universidade tem que lutar por méritos e não por números, como querem os atuais políticos.

Existem maneiras mais eficazes de mobilizar e modificar a “opinião pública” sobre os professores universitários e servidores das universidades federais. Uma delas é mostrar à opinião pública o trabalho que é realizado nesta UFSC, por todos os bons profissionais desta universidade. Devemos mostrar claramente ao “povo brasileiro” o quanto ganha um professor ou um servidor das IFES, em relação aos outros profissionais com o mesmo título acadêmico que estão em outros órgãos do governo. Precisamos colocar, de forma clara e didática à sociedade, que o que o governo quer não é aquilo que ela necessita, as medidas adotadas não vão solucionar a “falta de infraestrutura crônica” que prejudica o trabalho de formação de bons profissionais, de quem essa população necessita. Temos a obrigação de fazer isso como única instituição pública que existe para este tipo de trabalho, que é produzir avanços científicos socialmente justos e desenvolver o espírito crítico na sociedade. Para isso, a sociedade nos paga.

Precisamos convocar todos os professores, alunos e servidores **uma única vez** para realizar um único **protesto** no próprio campus da UFSC, com hora marcada de início e hora marcada de término. Sem greve, apenas uma única manifestação conjunta mensal ou semanal se quiserem, para demonstrar nossa unidade e coerência com a nossa missão de formar bons profissionais. Vamos juntar nossas forças e não dividi-las, como quer o inimigo que faz isso com muita competência.

Isso pode ser organizado pelos dois sindicatos (de professores e servidores) que fazem parte da UFSC, em conjunto com a pró-

pria administração central e com apoio total dos nossos estudantes. Creio que a organização disso, ocorrerá naturalmente porque estamos sofrendo há vários anos as consequências da política governamental adotada para o ensino superior. Nesse ato único mensal, com milhares de pessoas reunidas (somamos mais de 20 mil pessoas na UFSC), toda a mídia deverá estar presente e ser municiada com informações precisas e claras, de **forma didática**. Poderemos ter manifestações, curtas, claras e objetivas para demonstrar nossas principais reivindicações. Podemos mostrar a situação caótica que se encontram alguns laboratórios e salas de aulas e os nossos salários ridículos, em relação aos outros profissionais de mesmo nível. Temos professores e servidores muito competentes para isso e um enorme arquivo com todos esses dados. Poderemos mostrar aquilo de melhor que realizamos com o dinheiro público, sem greves, sem passeatas, sem assembleias, sem muito esforço criativo, apenas usando nosso cérebro. Mas, para isso, devemos ter competência profissional, consciência política, clareza nos nossos objetivos e não permitir absurdos políticos ou abusos de qualquer natureza durante esse tipo de evento. Nossos estudantes devem participar deste processo com toda a sua força, mostrando também sua indignação quanto ao descaso do Governo Federal com a educação superior deste país, e, com certeza, deverão apoiar totalmente o evento, sem causar prejuízos de qualquer natureza aos que estiverem defendendo a nossa universidade nesse ato. Sei que isso é apenas um sonho, espero um dia, em vida, poder vivê-lo. Sei, de longa data, que nós somos a classe mais desunida da sociedade. Até que esse sonho se concretize, limito-me a assistir o “resultado de mais uma greve”.

* Professor do Departamento de Ciências Morfológicas

Servidores públicos vão acampar em Brasília

As entidades sindicais que representam os servidores públicos federais vão aumentar a pressão para que o governo apresente propostas concretas à categoria. Entre os dias 16 e 20 de julho, representantes da categoria vão acampar em Brasília para fazer uma vigília e acompanhar o processo de negociação. Os representantes de 31 entidades nacionais que compõem a Campanha Salarial 2012 vão fazer um trabalho de força tarefa no Congresso Nacional para garantir que as alterações promovidas pelo relator da MP 568, senador Eduardo Braga, sejam aprovadas em plenário. As entidades seguem estudando a MP para confirmar se a situação dos médicos foi definitivamente solucionada sem que a carreira da categoria tenha sido comprometida. O relator também modificou artigos que instituíam remuneração fixa por insalubridade e periculosidade. O pagamento permanece conforme o modelo atual.

Curso de computação para associados do Sindicato

Baseado em um projeto apresentado pelo professor Ronaldo Salum, representante dos aposentados no Conselho de Representantes (CR), a Apufsc-Sindical vai implantar um curso de computação para os associados, pensando particularmente em nossos colegas aposentados e considerando a importância da participação destes colegas na vida ativa do sindicato.

A Apufsc dispõe de um espaço em sua sede no edifício Max & Flora, no bairro Trindade para desenvolver o curso, que abordará diversos temas como Windows, Internet, digitação, Word, Excel, Powerpoint, entre outros. Para viabilizar as turmas, os professores interessados deverão entrar em contato com o setor de informática da Apufsc e falar com Eduardo, no telefone 3234 3187, ramal 4. A proposta do curso é formar turmas compostas por 20 alunos. As aulas deverão ter duração de uma hora e meia.

Professor, participe das atividades da Apufsc-Sindical!

OPINIÃO

Viva a liberdade!

Leonardo de Brito Andrade*

Comentários sobre o artigo “O Estado Laico” (Apufsc-Sindical, n. 770, 28 de maio de 2012)

Gostaríamos, inicialmente, de elogiar a iniciativa da Apufsc em implementar esse meio de comunicação rico, que é seu boletim, permitindo sempre o acesso às notícias pertinentes e o debate democrático.

No intuito de colaborar com esse veículo de comunicação, gostaríamos de tecer alguns comentários sobre o artigo recentemente publicado, intitulado “O Estado laico”, cuja premissa é de singular lucidez – a Administração Pública é e deve ser laica – ponto em que apoiamos o autor. Porém, não vamos inteiramente no mesmo sentido quanto à conclusão. Sim, pensamos diferente no que toca ao conteúdo da laicidade e suas consequências.

Com efeito, ali a laicidade foi exposta como um fenômeno que devesse oprimir as pessoas em suas convicções, impedindo-as de manifestarem-se. Seria uma imposição estatal de abstenção das pessoas de exteriorizarem aquilo que são: os crentes, manifestando sua crença. Apareceria aí uma administração estatal uniformizante, impositiva, diríamos que, para alguns, até mesmo asfíxiante.

É de comemorar que essa visão da laicidade é bastante minoritária. Sim, pois tê-la prevalecido na história, de modo que a arte, a cultura e a ciência tivessem asfixiado os elementos de espiritualidade dos personagens ilustres de sua história, a poesia não contaria com a Divina Comédia de Dante, a prosa estaria privada de “Os irmãos Karamazov”, a escultura não teria a Pietá, Michelangelo seria um anônimo, a música ignoraria Johann Sebastian Bach, e o corcovado não seria conhecido em todo o mundo, porquanto não abrigaria uma das sete maravilhas do mundo moderno: a imagem do Cristo Redentor. Além disso, a comunidade como um todo não contaria com os progressos trazidos pela religião, como bem apontou o historiador de Harvard Thomas Woods, em seu livro recentemente traduzido para o português, “Como a Igreja Católica construiu a Civilização Ocidental”, ou ficou consignado no clássico de Christopher Dawson, “Progresso e Religião”.

Não, não é aquela a faceta da sã laicidade. De fato, a Revolução Mexicana deixou um milhão de mortos e se manifestou em um Estado engajado religiosamente, que combatia as pessoas que confessavam uma fé diferente da professada pela classe dominante que guiava o timão do Estado. Perseguiu pessoas pelo simples exercício do direito de acreditar, espoliou bens de inocentes, privou-os de qualquer devido processo, impôs sua própria crença mediante a lavagem cerebral institucional em estabelecimentos de ensino, oprimindo aqueles que apenas queriam pensar diferente. Indubitavelmente, não é essa a cara que queremos para nosso Brasil, mas sim uma marcada pela tolerância, pela alegria, pela abertura.

O Estado laico não é aquela caricatura pintada pelo fanatismo, pela intolerância aos que creem. Pelo contrário, ele é o locus próprio onde floresce a flor de lis dos regimes democráticos, qual seja, a pluralidade. Decerto, o estado laico – que configura uma grande evolução – não é uniformizante, não obriga todos a agirem de uma única forma: ausência total de manifestação da fé. Em absoluto, ao invés, ele respeita a espontaneidade das manifestações pessoais,

valoriza a pessoa com suas convicções. Aos católicos, Missa, sim, e às demais confissões suas celebrações, igualmente respeitadas.

Realmente, a laicidade estatal, no Brasil, data de 7 de janeiro de 1890, mediante a edição do Decreto 119-A, da lavra do ministro Rui Barbosa, o mesmo que sendo histórico defensor da liberdade dos cultos e da separação entre Igreja e Estado sustentava que “a nossa lei constitucional não é antirreligiosa, nem irreligiosa”.

O Estado é laico sim, e por isso mesmo não impede sua população de ser religiosa. Tampouco, a impõe que o seja. Apenas respeita as livres manifestações de seus cidadãos.

Aliás, a própria Declaração Universal de Direitos Humanos, em seu art. XVIII, ao prever que “toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião”, explicita que esse direito abrange “a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular”.

Assim, diante das grandes exigências da vida cotidiana, ordinária, comum, dentro do absorto da labuta diária, expressões de devoção e de carinho transcendente são significativamente louváveis. Nessas, o hino de louvor, glória, ação de graças, petição e pedido de perdão pelos erros pessoais que são as intenções fundamentais da liturgia Católica na Missa ficaram ressaltados com o ato proposto pela nova administração da Universidade Federal de Santa Catarina no início de seu mandato.

Esse ato mostra que num estado laico a população que forma e informa esse mesmo estado é religiosa, e se poderia dizer no sentido mais estrito do termo religião, isto é, religar (do latim religio).

A laicidade é a qualidade da grande maioria das pessoas num estado, ou seja, condição leiga, não religiosa, não comprometida canonicamente com um estado de vida religioso, por exemplo, um frei franciscano. A condição leiga é condição sine qua non para a continuidade de um povo, através da constituição da família natural onde há, por natureza, a coabitação e a geração dos filhos.

Entretanto, uma sociedade que dá vazão – formal ou informalmente – a atitudes laicistas (patologia comportamental contrária e discriminatória a religião) não promove a verdadeira liberdade ao ser humano e às pessoas do estado em que a exemplificada sociedade informa.

Portanto, gostaria de aproveitar o espaço do boletim da Apufsc-Sindical para parabenizar a nova administração pela iniciativa proposta da Missa de ação de graças. E se pessoas de outro credo quiserem livremente manifestar suas convicções, apreciamos que tenham essa mesma possibilidade.

Assim, o que temos a dizer é que discordamos de manifestações que visem oprimir a liberdade de crença de quem quer que seja. Os que não compactuam jamais serão forçados a participar. Mas não devem tentar impor seu modo de pensar e de viver – privados das manifestações religiosas – aos demais. Tampouco, buscar estigmatizar a forma de crer e o expressar dos outros.

Ao fim e ao cabo, viva a liberdade!

* Professor de Engenharia Rural

OPINIÃO

O que é ser de esquerda hoje?

Waldir José Rampinelli*

Esta pergunta fazia um professor de filosofia, em uma roda de bar, depois de um belo e disputado jogo do Guará Futebol Clube, equipe formada por docentes e estudantes da UFSC que adentra os gramados da Astel todas as sextas-feiras, quando o sol começa a se pôr. Afinal, os estragos da poluição na camada de ozônio e os compromissos com as aulas não permitem outro horário. Por sinal, no embate futebolístico do dia 11/05, o Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), que fora desafiado pelo restante da Universidade, sem dó nem piedade aplicou-lhe um 8 a 2, a la Santos. Os nossos Neymares foram os estudantes de filosofia. Pois bem, ninguém da mesa respondeu à indagação do mestre, não sei se por conta da animação ou da profundidade da mesma. Aliás, o próprio perguntador já desestimulava qualquer resposta, pois, ato seguido ao questionamento, emendava que é muito difícil decifrar a esfinge.

Na verdade, a globalização neoliberal não apenas se apropriou de termos e conceitos próprios da esquerda, como também os subverteu, dando-lhes um novo significado. Categorias como imperialismo, socialismo, dependência, revolução e poder popular foram substituídas por países centrais, social-democracia, interdependência, reformismo e governabilidade. E o fez não apenas para confundir, mas muito mais para reafirmar que a humanidade busca apenas resultados econômicos e não ideológicos.

Para o filósofo equatoriano Bolívar Echeverría, o dogma de fé que está no núcleo da religião dos modernos reside no modo capitalista de produzir e reproduzir a riqueza social, sendo este, na visão deles, o único caminho possível para uma vida civilizada moderna. Qualquer modernidade que não fosse capitalista não apenas seria um absurdo, como também nos “levaria inevitavelmente a um retrocesso e a uma barbárie”.

No entanto, o que se vê no mundo de hoje é uma crise no sistema capitalista que, para alguns, já se tornou depressão. Isso, sim, pode nos levar à barbárie. Que o diga a Europa civilizada que, segundo o sociólogo francês Alain Touraine, está à beira do precipício há três anos. Aliás, ao completar doze meses de rebeldias e manifestações, o Movimento dos Indignados (M-15), que nasceu na Espanha e se espalhou pelo mundo, apontou que o problema “não é a crise; é o capitalismo”. Nesta caída que parece não ter fim, há uma ascensão e um progresso simplesmente de alguns núcleos da humanidade, autodenominados civilizados, que levam vantagem em toda esta destruição. A nona tese de Walter Benjamin sobre o Angelus Novus do pintor Paul Klee se resume à ideia de que “toda modernidade é bárbara”. Já na sua terceira tese, ele trata da tarefa do historiador crítico e partidário do materialismo histórico, a qual consiste em cepillar la historia a contrapelo, ou seja, escrever a história no contrassentido. Para tanto não é possível juntar-se ao cortejo triunfal, mas sim opor-se à versão oficial e dominante, que na visão nietzchiana seriam os que nadam a favor da corrente do rio ou praticam “o culto desnudo do sucesso” e da “idolatria do factual”. Partindo da concepção de Nietzsche, a virtude para o historiador e para o filósofo, hoje, seria a de opor-se à tirania do real e “nadar contra as ondas da história”.

Ser de esquerda é assumir uma posição de resistência e rebeldia

diante da alienação, da perda da condição de sujeito do indivíduo e da comunidade humana e da submissão idolátrica do capital. Na base e na origem do ser de esquerda está a superação do modo capitalista da vida dita civilizada. Para Echeverría, essa atitude, juntamente a uma coerência prática contra a valorização capitalista da vida e do mundo, é o que distingue uma posição de esquerda.

Na Convenção Nacional Francesa de 1792, os jacobinos, sentados à esquerda, e os girondinos, postados à direita, expressavam, mesmo que artificialmente, uma distinção política. Enquanto os primeiros diziam-se não satisfeitos com a Revolução, pois queriam que ela avançasse ainda mais nas conquistas populares, por sua vez os segundos se consideravam realizados com a destruição da monarquia absolutista. As verdadeiras liberdade, igualdade e fraternidade não se construirão apenas com a erradicação de reis ditos divinos. Por isso, os jacobinos eram considerados de esquerda.

Mais que uma época de mudança, estamos vivendo uma mudança de época. Para tanto basta ver, diz Echeverría, os acontecimentos que marcam o mundo de hoje, tais como os naturais, como o aquecimento da terra e o esgotamento do petróleo; os científicos, como o deciframento do genoma humano e o descobrimento de água em outros planetas; os técnicos, como a generalização da informática e a exploração da nanotecnologia; os econômicos, como o fracasso do neoliberalismo e o surgimento da economia chinesa na qualidade de interlocutora beligerante em escala mundial; os políticos, como o esgotamento da democracia representativa pela mídia e a caducidade e o reciclamento do Estado nacional; os sociais, como o empoderamento feminino e a expansão da categoria dos migrantes na demografia mundial; e os culturais, como a generalização da “estetização selvagem” e a museificação da “alta cultura”, entre outros.

Diante desta nova época que insiste em começar – o velho precisa morrer para que o novo possa nascer –, ser de esquerda é lutar para influenciar as novas relações que serão construídas. Na política, por exemplo, a democracia representativa está morrendo. Literalmente caindo aos pedaços. Portanto, na universidade, nada melhor do que avançar na direção da democracia participativa, para que a força seja ativa e vinda de baixo e nunca passiva e comandada de cima. É esta mudança qualitativa e estrutural que dá autoridade ética e científica a qualquer administração.

Se caracterizar o ser de esquerda é difícil, mais difícil ainda é o atuar consequentemente pela esquerda. Uma coisa é certa: a esquerda não acabou, tampouco a direita morreu. Ambas continuam a ser os dois grandes projetos da humanidade – como o foram liberais e conservadores no século XIX em toda a América Latina –, obviamente com suas diversidades, ora mais para um lado, ora mais para outro.

* Professor do Departamento História

OPINIÃO

Carta de Despedida

Héctor Ricardo Leis*

Aos colegas, funcionários e alunos com os quais convivi na UFSC:

As pessoas devem estar preparadas para as passagens da vida, elas são uma parte essencial de sua condição humana. Por isso as despedidas são tão importantes, são liturgias do convívio. No dia 28 de maio passado aposentei-me, após quase 20 anos de UFSC. Pretendia ficar mais tempo, mas o destino marcou outro traçado e sou obrigado a despedir-me de vocês. Certamente não é um destino escolhido, mas é bem-vindo, estou aprendendo dele lições inesperadas.

Quero que saibam que minha passagem pela UFSC foi feliz e devo essa felicidade em boa medida a todos vocês. A minha parte dessa felicidade a devo, acredito, a ter feito tudo o que podia em prol do melhor ensino para meus alunos e da melhor universidade para a comunidade em geral. Caso tenha errado em alguma coisa ou sido injusto com alguém, peço desculpas de coração. Saibam, pelo menos, que não lembro ter feito isso de propósito.

A UFSC foi para mim um lugar de aprendizagem, de vida e de conhecimento, e também de afeto. Sou grato a todos vocês por isso.

Forte abraço,



* Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política

Definidos os membros da comissão de mobilização de greve

As deliberações da pauta da reunião do Conselho de Representantes, que aconteceu na terça-feira (26), foram prejudicadas por falta de quórum. Compareceram ao encontro 11 conselheiros. Mesmo assim, o encontro serviu para a composição da Comissão de Mobilização de Greve. Além dos professores José Fletes, Antônio Carlos Machado da Rosa, Armando Lisboa, Ricardo Tramonte e Henrique Finco, eleitos durante a Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 20 de junho, foram voluntários para compor a Comissão, representando o CR, os docentes Fernando Milman, Antônio Pedro Schlindwein e Darci Odílio Tribien. Os representantes indicados pela Diretoria da Apufsc foram Rogério Portanova, Gerson Ouriques e Paulo Cesar Philippi.

A Comissão irá realizar suas atividades independentemente da Diretoria da Apufsc. A primeira reunião para a organização interna das atividades que serão desenvolvidas pela Comissão foi realizada na sexta-feira (29). A Comissão deverá entrar em contato com os professores dos câmpus de Araranguá, Curitiba e Joinville, além de Florianópolis, mobilizando a categoria para o movimento grevista na Instituição. Esta Comissão vai funcionar até o dia 11 de julho, quando começa oficialmente a paralisação das atividades na Universidade. Depois disso, será formado o Comando Local de Greve.

As informações da reunião de sexta-feira serão publicadas num informativo específico sobre a greve na Universidade Federal de Santa Catarina

Câmara aprova 10% do PIB para a educação

A comissão especial do Plano Nacional de Educação aprovou a aplicação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do País em políticas do setor em até dez anos.

O índice vinha sendo reivindicado por deputados da oposição e parte da base aliada do governo, além de representantes de entidades da sociedade civil.

Hoje, União, estados e municípios aplicam juntos cerca de 5% do PIB na área. Na proposta original do Executivo, a previsão era de investimento de 7% do PIB em educação. O índice foi

sendo ampliado gradualmente pelo relator, deputado Angelo Vanhoni (PT-PR), que chegou a sugerir a aplicação de 8% em seu último relatório.

Um acordo feito nesta terça-feira (26) entre governo e oposição garantiu o apoio do relator aos 10%. Pelo texto aprovado, o governo se compromete a investir pelo menos 7% do PIB na área nos primeiros cinco anos de vigência do plano e 10% ao final de dez anos. A proposta segue agora para o Senado.

Fonte: Agência Câmara



Publicação quinzenal do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina (Apufsc-Sindical)

ENTRE EM CONTATO

Endereço Sede da Apufsc, Campus Universitário, CEP 88040-900, Florianópolis/ SC
Fone/fax (048) 3234-5216 - 3234-3187
Home page www.apufsc.org.br
E-mail imprensa@apufsc.org.br

DIRETORIA GESTÃO 2010/2012

Presidente
Carlos Wolowski Mussi

Vice-Presidente
Rogério Portanova

Secretário Geral
Milton Muniz

1ª Secretária
Sandra Regina Paulon Avancini

Diretor Financeiro
João Randolfo Pontes

Diretor Financeiro Adjunto
Gerson Renzetti Ouriques

Diretor de Divulgação e Imprensa
Paulo Cesar Philippi

Dir. de Promoções Sociais, Culturais e Científicas
Mauro Eduardo Pommer

Diretor de Assuntos de Aposentadoria
Marcio Campos

PRODUÇÃO

Jornalista Responsável
Clodoaldo Volpato (SC - 2028 JP)

Editoração eletrônica
Gabriela Santos Bazzo

Revisão e textos
Murilo Lobo

Impressão Gráfica Rio Sul
Tiragem 3.500 exemplares
Distribuição gratuita e dirigida

O conteúdo dos artigos assinados é de responsabilidade dos autores